

Conflito socioambiental entre atividades de pesca artesanal marinha e implantação de atividades portuárias no Norte Fluminense

Environmental conflict between artisan marine fishing activities and the implementation of port activities in Northern Rio de Janeiro State

Thaís Nacif de Souza*
Vicente de Paulo Santos de Oliveira**

Resumo

A atividade portuária impacta diretamente o meio ambiente em que se insere. A implantação do Complexo Portuário do Açú promoverá profundas mudanças tanto no ambiente quanto na vida das comunidades circunvizinhas, interferindo, principalmente, na vida dos pescadores artesanais da região. Neste estudo foi realizado o levantamento de dados por meio de questionários e entrevistas, além da análise dos conflitos observados entre a pesca artesanal e a implantação do grande empreendimento do Complexo Portuário do Açú, no município de São João da Barra-RJ. O estudo comprovou que a área escolhida é utilizada para a pesca artesanal e que sua restrição resultou em um potencial conflito entre a atividade da pesca e a implantação do Porto. Identifica-se, assim, a necessidade de planejamento participativo de um plano de ação bem estruturado, como o estabelecimento de uma Agenda Ambiental Portuária, a fim de atingir maior sustentabilidade do negócio portuário e minimizar os conflitos.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Complexo Portuário do Açú. Conflito socioambiental.

Abstract

Port activities directly impact the environment. The implementation of the Açú Port Complex will promote profound changes, not only on local environment, but also on the surrounding communities, particularly artisan fishermen. The data collected for this study was obtained through questionnaires and interviews, as well as analysis

* Mestre em Engenharia Ambiental, Pós-graduanda em Educação Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, IF Fluminense, *campus* Macaé, RJ, Brasil. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil.

** Doutor em Engenharia Agrícola, Graduado em Engenharia de Agrimensura pela Universidade Federal de Viçosa, UFV, Brasil. Mestre em Produção Vegetal pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, UENF, Brasil. Diretor de Pesquisa e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, IF Fluminense, *campus* Campos Centro, Campos dos Goytacazes-RJ, Brasil.

of the conflicts between artisan fishing and the Açú Port Complex enterprise, in São João da Barra, Rio de Janeiro, Brazil. The study proved that the selected area is used for artisan fishing and the restriction of this location resulted in potential conflict between the port implementation and fishing activities. Thus, the study identified the need for participatory planning in order to build a well structured action plan, such as a Port Environmental Agenda, and to promote sustainability of the port business along with minimization of conflicts.

Key words: Artisan fishing. Açú Port Complex. Environmental conflicts.

Introdução

A pesca artesanal é praticada em vários ecossistemas no país e sua organização é influenciada por estes locais (DIEGUES, 2008). A atividade pesqueira é muito difundida na região Norte Fluminense. Como se localiza próximo ao sistema estuarino¹ do rio Paraíba do Sul, suas águas são ricas em nutrientes trazidos ao longo do trajeto do rio. Segundo estudo relatado por Di Benedetto (2001), a região se configura pela riqueza de recursos pesqueiros e a utilização de artefatos diversos de pesca.

As atividades portuárias são consideradas essenciais para as relações de comércio exterior. A característica marcante é o impacto direto sobre o meio ambiente em que se inserem. Sua implantação implica inevitáveis modificações do ambiente, como alterações da morfologia² de costa, supressão de vida animal e vegetal, aparecimento de outras vidas animais estranhas no ambiente, poluição, dentre outras (PORTO; TEIXEIRA, 2002). Além disso, geralmente as áreas destinadas à exploração portuária se localizam próximas a estuários e zonas litorâneas. Essas áreas, muitas vezes, abrigam comunidades que dependem da prática da pesca artesanal para sua sobrevivência. Ou seja, os impactos gerados pelas atividades portuárias modificam toda a dinâmica marinha na área do empreendimento e, assim, acabam afetando diretamente a atividade de pesca nessas regiões.

No Brasil, nas últimas décadas, a zona da costa passa por um processo de ocupação intensa, realizada não só por portos, mas também por polos logísticos industriais aliados a eles. Juntamente a esses grandes empreendimentos, surge a expansão imobiliária, abertura de estradas e forte atratividade populacional próxima a essas

¹ Ecossistema de transição entre o oceano e o continente formado em regiões relativamente estreitas. Segundo Dyer (1977) "o estuário é um corpo de água costeiro semifechado, com uma livre ligação com o oceano aberto, estabelecendo-se rio acima até o limite da influência da maré, sendo que em seu interior a água do mar é mensuravelmente diluída pela água doce oriunda da drenagem continental".

² Estudo das formas de que a matéria pode revestir-se nos seres organizados, ou ainda, descrição dessas formas. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

áreas, configurando-se uma mudança extrema nas localidades onde são implantados (MORAES, 1999; BARRAGAN MUNOZ, 2005 apud CUNHA, 2006)

A costa norte do Estado do Rio de Janeiro tem como limites geográficos as localidades de Barra de Itabapoana (21°18'S), fazendo divisa com o Espírito Santo, e o município de Macaé (22°25'S). Na região marinha, tem área na isóbata de 100m correspondente ao talude da plataforma continental, entre 40 e 60 milhas da costa (PETROBRAS, 1993 apud DI BENEDITTO, 2001).

O Complexo Portuário do Açú é um empreendimento que está sendo implantado na localidade do Açú, distrito do município de São João da Barra (conforme apresentado na Figura 1), pelo grupo EBX, um *holding* que engloba diversas empresas de diferentes setores, como os de logística, minério, petróleo e gás, entretenimento, entre outros. O Complexo tem por objetivo a construção de um terminal portuário privativo de uso misto que, segundo dados fornecidos pela LLX, empresa subsidiária do *holding*, será composto por seis berços de atracação de navios, píeres *off-shore*, com acesso por meio de um canal com 18,5 metros de profundidade, e receberá navios de grande porte, com capacidade para transportar até 220 mil toneladas. Contará ainda com quatro berços para atracação de embarcações de apoio às atividades de exploração de petróleo na região. Já sua retroárea, de 7.800 hectares, está projetada para abrigar um complexo siderúrgico, usinas termoeletricas, plantas de pelotização de minério, polo metal-mecânico, além de áreas para tancagem de granéis líquidos e para processamento de petróleo. Esta retroárea já está em fase de licenciamento, assim como a Usina Termoeletrica (UTE) Porto do Açú, que já possui a Licença Prévia do Órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental, o INEA (Instituto Estadual do Ambiente).



Figura 1: Localização Porto do Açu.

Fonte: LLX, 2009

A grande questão logística da implantação desse empreendimento na Região do Açu diz respeito ao escoamento da produção de minério na região de Minas Gerais. O Terminal Portuário será, assim, utilizado para a exportação de minério de ferro e, por isso, juntamente com a construção do porto, um mineroduto vem sendo construído, para levar o minério retirado de jazidas de Minas Gerais para exportação, completando assim essa logística.

Além desse grande Complexo em São João da Barra, outros empreendimentos portuários também serão implantados em localidades próximas, configurando um grande corredor logístico desde Vitória, no Espírito Santo, até Barra do Furado, ao norte

do Estado do Rio de Janeiro. Essa logística é diretamente relacionada ao escoamento de minério proveniente de Minas Gerais e à exploração de petróleo da Bacia de Campos.

O Complexo Portuário do Espírito Santo é considerado de grande importância para o transporte portuário do Brasil. O Espírito Santo possui uma costa privilegiada de águas tranquilas e profundas, fazendo com que o sistema portuário se desenvolva consideravelmente nesse estado. O Complexo possui 10 terminais administrados pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa) e conta ainda com um Terminal em Barra do Riacho e Praia Mole, ambos de uso privativo (PORTO DE VITÓRIA, 2010).

Compondo esse corredor logístico, o Espírito Santo possui ainda o Terminal Ponta Ubu, administrado pela Samarco Mineração SA da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD e o Terminal de Tubarão, também administrado pela Companhia Vale do Rio Doce (ANTAQ, 2010) e contará ainda com o Porto de Presidente Kennedy, já em processo de licenciamento, projeto da mineradora Ferrous Resources do Brasil, empresa de Belo Horizonte. (FERROUS, 2010).

Outro empreendimento já em processo de implantação que fará parte desse corredor é o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado. Localizado na divisa dos municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã, o objetivo da construção desse complexo é o aproveitamento daquela área estratégica para instalação de empresas e indústrias ligadas aos setores naval e de petróleo e gás, favorecendo o crescimento econômico dos dois municípios. Serão investidos R\$ 166 milhões de recursos públicos, sendo que o município de Campos dos Goytacazes ficou responsável por 70% e Quissamã por 30% desse montante (CAMPOS, 2010).

Os possíveis impactos, anteriormente citados, potencializam conflitos relacionados ao uso dos recursos naturais entre as atividades pesqueiras artesanais e as atividades do porto. Segundo o próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) desenvolvido pela Consultoria Ambiental Ltda. (2006), a partir da contratação da empresa responsável pela construção do Complexo Portuário, a pesca artesanal já vem sofrendo pressão decorrente das atividades de exploração marinha de petróleo, sendo a implantação do empreendimento mais um elemento no contexto do uso dos recursos marinhos da região. Muitos pescadores já estão sofrendo alteração e prejuízo na sua rotina de trabalho, afetando assim, uma das principais atividades e fonte de sustento de comunidades pesqueiras da região.

A busca pela sustentabilidade, tanto ambiental quanto social, das atividades causadoras de potenciais impactos no ambiente é vista como fator importante, uma vez que a necessidade de proteção do ambiente ecológico e da preservação dos conhecimentos tradicionais está cada vez mais difundida.

O advento da gestão ambiental portuária no Brasil coloca em evidência a administração de atividades com forte capacidade de transformação dos espaços regionais em que se inserem. A diretriz fundadora do presente movimento de política ambiental para os portos é a Agenda Ambiental Portuária, daí a importância da sua implantação nos portos brasileiros. A Agenda Ambiental Portuária representa a articulação entre o programa de gerenciamento costeiro, a política federal (que vem buscando construir as bases para uma ação de ordenamento da ocupação da costa) e a política de modernização dos portos brasileiros (CUNHA, 2006).

Material e Métodos

Este trabalho deu enfoque no conflito socioambiental gerado pela implantação do Complexo Portuário do Açú e os pescadores da localidade de Atafona. A área de estudo estabelecida para a realização dos trabalhos está incluída na Área de Influência Direta e Indireta determinada pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do empreendimento do Complexo Portuário do Açú (CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA, 2006). Essa área compreende os aspectos físicos e bióticos³, num raio mínimo de 20 km, em relação ao local do conjunto de obras a serem implantadas.

O trabalho foi realizado no período de um ano e compreendeu as seguintes atividades:

- 1- Estudo de dados históricos e de atividades anteriormente realizadas junto à comunidade e aos pescadores, bem como levantamento bibliográfico do assunto.
- 2- Interação com os pescadores para realização de um diagnóstico da dinâmica pesqueira da região (aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas).
- 3- Observação e análise dos pontos de conflito causados pelas obras de implantação do Complexo Portuário do Açú na vida dos pescadores.
- 4- Desenvolvimento de propostas de ações mitigadoras (responsabilidade ambiental e social / sustentabilidade).

Para a realização da pesquisa foram aplicados, junto aos pescadores da região, 50 questionários semiestruturados, e realizadas 10 entrevistas com pessoas qualificadas. Foi realizado ainda um debate envolvendo representantes da Colônia de Pescadores Z2 de Atafona, da Secretaria de Pesca da Prefeitura de São João da Barra, da ONG EcoAnzol e da construtora do empreendimento (LLX), durante o II Encontro do Núcleo de Pesquisa Aplicada em Pesca e Aquicultura Sudeste I, realizado na UPEA – Unidade de Pesquisa e Extensão Agroambiental do Instituto Federal Fluminense, entre os dias 04 e 07 de maio de 2009.

³ Relativo à vida. Disponível em : < <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues>>. Acesso em: 18 fev. 2011.

Resultados e Discussão

O levantamento de dados indica que os principais conflitos envolvendo a implementação do empreendimento e a atividade da pesca na região pode ser consequência de um diagnóstico deficiente realizado sobre a atividade pesqueira da região, que poderia indicar as medidas necessárias que se enquadrassem nas características dos pescadores da área.

Por meio dos formulários, foram levantados os maiores problemas e conflitos que os pescadores vêm enfrentando no local, esquematizados na Figura 2.

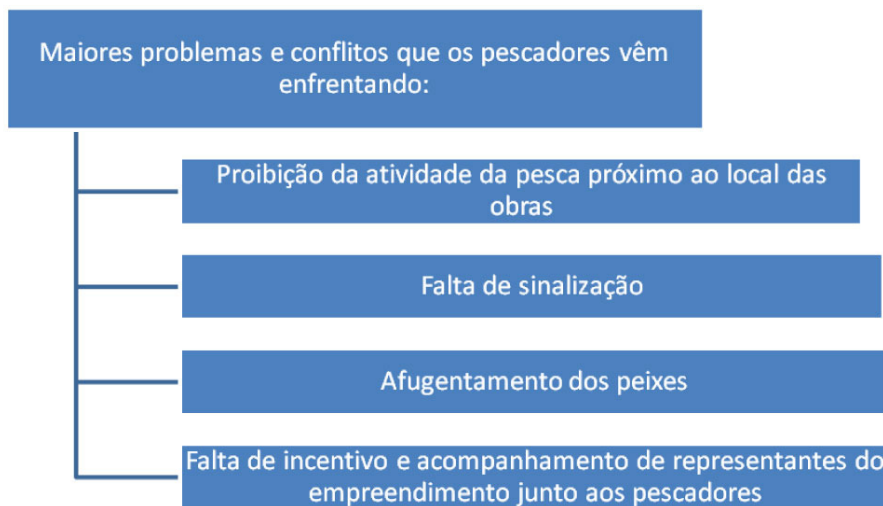


Figura 2: Problemas e conflitos enfrentados pela pesca artesanal na área de implantação do Complexo Portuário do Açú

De acordo com os dados levantados nos formulários aplicados, 80% dos pescadores acreditam que o empreendimento será bom para o desenvolvimento econômico da região e geração de emprego, mas se mostram preocupados em relação à pesca, pois acreditam que o porto trará prejuízo enorme para o setor, e alguns até mesmo declaram acreditar que causará o fim da atividade da pesca artesanal na região.

Outra questão levantada é o impacto causado pela dragagem. Os pescadores relatam que essa atividade vem afugentando as espécies marinhas daquela área, principalmente o peruá (*Balistes sp.*), a pescadinha (*Isopisthus parvipinnis*) e o camarão sete-barbas (*Xyphopeneaus kroyeri*).

A maioria dos pescadores informou que a pesca na região do Açú se tornou algo muito difícil. Apesar de 100% dos pescadores relatarem que o Açú era um local

de grande riqueza marinha e de onde retiravam maior parte de sua produção, eles também informaram que a área não pode mais ser utilizada para pesca, visto que o empreendimento restringiu o acesso a boa parte dela. Relataram ainda que tiveram muitos prejuízos com a implantação do empreendimento, visto que muitos perderam equipamentos, principalmente redes, devido a presença de grandes embarcações na região, como rebocadores, e também pelo fato de não pescarem mais na região do Açú, precisando se deslocar frequentemente a outros locais para realizar essa tarefa, como Barra de São João, Farol de São Thomé e Macaé. A Figura 3 mostra a localização da ponte do porto (vermelho) e a área de atuação da pesca artesanal (azul), confirmando as informações dos pescadores entrevistados. As coordenadas para delimitação da área de atuação da pesca artesanal foram obtidas de embarcações que atuam na região.

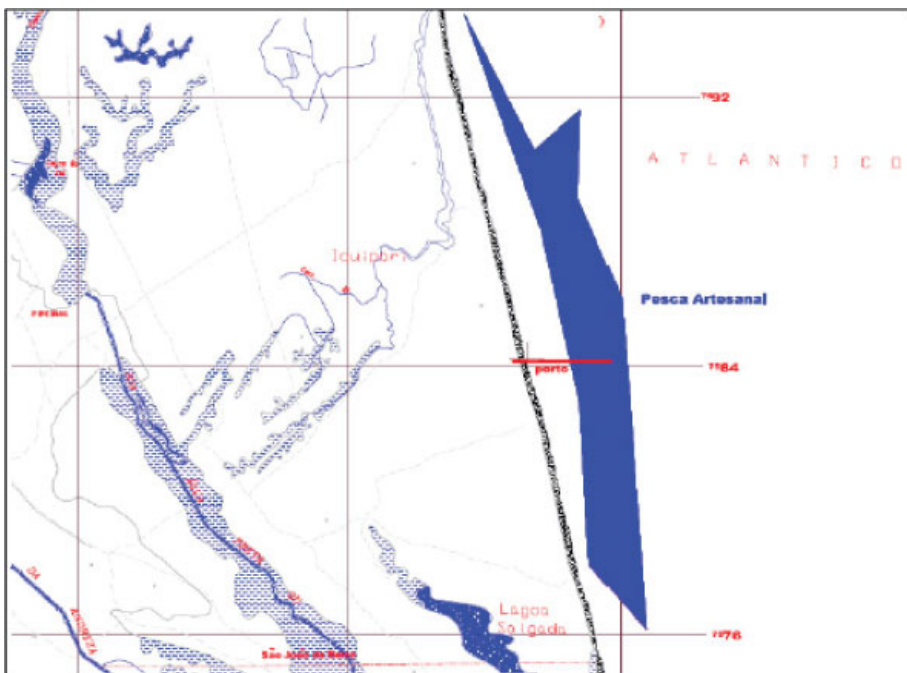


Figura 3: Localização da estrutura portuária (em vermelho) e área de pesca artesanal na região (em azul)

Fonte: Souza, 2009

Observa-se que o Porto do Açú se enquadra no perfil de porto representado pela plataforma portuária diretamente inserida nos corredores de escoamento de grandes grupos industriais. A implantação de uma Agenda Ambiental Portuária abriria uma oportunidade para que os negócios portuários se inserissem na negociação de conflitos, em que os objetivos de melhoria da qualidade ambiental e as responsabilidades fossem

então compartilhados entre diversos atores regionais (CUNHA, 2006).

Na circunstância específica da gestão pesqueira artesanal, as intervenções deveriam basear-se num diagnóstico socioambiental participativo. No caso observado durante as obras do Açú, falta maior empenho em inserir o pescador nas discussões sobre as alterações socioambientais da região para o estabelecimento das medidas mais adequadas a serem tomadas.

A administração dos conflitos com vistas à sua resolução por via pacífica pode apoiar-se na abordagem dos ganhos mútuos, que propõe a ultrapassagem de um padrão de jogos de soma zero, aqueles em que um lado ganha e o outro perde, e os resultados positivos e negativos se anulam no balanço total. Os portos brasileiros são objetos tardios de políticas ambientais (CUNHA, 2006). A pesca artesanal é uma atividade que pode obter importantes benefícios se conseguir acesso aos processos de diálogo e negociação. Um gerenciamento ambiental mais avançado na área de influência do porto, contribuindo para a melhoria da qualidade ambiental na região e em especial no estuário, pode expandir os potenciais de aproveitamento turístico sustentável (CUNHA, 2006). Um dos problemas inerentes da comunidade pesqueira da região, citado por vários entrevistados é a falta de organização da classe de pescadores. Essa desestruturação impede que a comunidade desenvolva plenamente programas e projetos adequados, visto o enfraquecimento do poder de reivindicação e de participação associado à organização incipiente.

Conclusão

É essencial conhecer profundamente a dinâmica pesqueira da região e diagnosticar os principais conflitos entre os atores envolvidos, para assim desenvolver, com a participação ativa dos pescadores, propostas que evitem ou minimizem os impactos que atingirão a atividade pesqueira, a fim de garantir uma maior sustentabilidade, responsabilidade ambiental e social desse empreendimento. Essa ação poderá auxiliar para a proposta de criação da Agenda Ambiental Portuária, não só do Complexo Portuário do Açú, como também dos outros empreendimentos que estão sendo implantados nas áreas próximas ao porto, como o Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado, localizado na divisa dos municípios de Campos dos Goytacazes e Quissamã e o Porto de Presidente Kennedy, no Espírito Santo.

Para atingir a sustentabilidade do negócio portuário e minimizar os conflitos, principalmente no caso do conflito com a pesca artesanal, são necessárias abordagens gerenciais em diferentes escalas, capazes de abranger todos os atores envolvidos, que estão profundamente integrados. Ou seja, a gestão portuária deve planejar o desenvolvimento portuário no âmbito costeiro, integrando os seus interesses de expansão aos contextos socioambientais regionais e às políticas públicas (KITZMANN; ASMUS, 2006).

Os desafios impostos pelos conflitos observados são constantes e crescentes, assim como as possibilidades de atendê-los, demonstradas pelos exemplos de ações aqui pontuados. Resta aos diferentes atores envolvidos buscar essa superação.

Referências

ANTAQ. Dados de terminais portuários. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/Portal/default.asp>>. Acesso em: 17 out. 2010.

CAMPOS. Dados do Complexo Logístico e Industrial Farol-Barra do Furado. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/portal/exibirNoticia.php?id_noticia=3500>. Acesso em: 15 out. 2010.

CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. Estudos de Impacto ambiental do Porto do Açú. Empresa MMX/ MPC – Mineração, Pesquisa e Comércio Ltda, 2006.

CUNHA, I. A. Negociação ambiental em áreas portuárias e sustentabilidade. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p. 59-70, abr./jun. 2006.

CUNHA, I. A.; VIEIRA, J. P.; REGO, E. H. Sustentabilidade da atividade portuária rumo à agenda ambiental para o porto do canal de São Sebastião. eGesta, v. 3, n. 1, p. 7-32, jan./mar. 2007.

DI BENEDITTO, A. P. M. A Pesca artesanal na Costa Norte do Rio de Janeiro, Bioikos, PUC – Campinas, v.15, n. 2, p. 103-107, 2001.

DIEGUES, A. C. Marine Protected Areas and Artisanal Fisheries in Brazil. [SAMUDRA Monograph]. Índia: International Collective in Support of Fishworkers, 2008.

DYER, K.R. Estuaries. A physical introduction. Wiley-Interscience Publication. New York: John Wiley and Sons, 1997.

FERROUS. Dados do Porto de Presidente Kennedy. Disponível em: <<http://www.ferrous.com.br/programacao/index.php/projetos/view/25>>. Acesso em: 19 out. 2010.

IBAMA. Análise, considerações e sugestões a respeito do defeso para o camarão de sete barbas, *Xiphopenaeus kroyeri*, (Heller, 1862). Relatório Técnico Nº 055/2008/ESREG/CG. Disponível em: < <http://andreambiental.blogspot.com/2008/09/relatorio-de-pesca-de-camarao-sete-barbas.html>>. Acesso em: 9 jun. 2009.

IBGE. Dados de São João da Barra – Rio de Janeiro/RJ - 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades>. Acesso em: 1 jul. 2009.

KITZMANN, D.; ASMUS, M. Gestão ambiental portuária: desafios e possibilidades. RAP, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p.1041-60, nov./dez. 2006.

LLX. Dados sobre Complexo Portuário do Açú. Disponível em: <<http://www.llx.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=162>>. Acesso em: 24 jun. 2008.

LLX; ECOANZOL. Diagnóstico de Escolarização da Comunidade Pesqueira do Município de São João da Barra – RJ. São João da Barra, 2010. 58p.

PORTO DE VITÓRIA. Dados sobre o Complexo Portuário de Vitória. Disponível em: <<http://www.portodevitoria.com.br/site/OPorto/História/tabid/59/language/ptBR/Default.asp>> Acesso em: 2 out. 2010.

PORTO, M. M.; TEIXEIRA, S. G. Portos e Meio Ambiente. São Paulo: Aduaneiras, 2002.

REBOUÇAS, G. N.; FILARDI, A. C. L.; VIEIRA, P. F. Gestão integrada e participativa da pesca artesanal: potencialidades e obstáculos no litoral do Estado de Santa Catarina. Ambiente & Sociedade, v. 9, n. 2, jul./dez. 2006.

SÃO JOÃO DA BARRA. Dados do município de São João da Barra. Disponível em: <www.sjb.rj.gov.br>. Acesso em: 24 set. 2008.

SOUZA, T. N. Avaliação dos impactos causados pela implantação do Complexo Portuário do Açú sobre as atividades de pesca artesanal marinha na região Norte Fluminense. Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal Fluminense. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental, 2010.

